

ESTRE MOZ

NAS **INVASÕES**
FRANCESAS

EXPOSIÇÃO

28 Out
04 Dez
2022



ESTREMOZ
Posto de
Turismo





Ficha Técnica

Título

Estremoz nas Invasões Francesas

Edição

Câmara Municipal de Estremoz

Organização

Arquivo Municipal de Estremoz

Coordenação

Paula Gonçalves

Pesquisa documental e textos

Paula Gonçalves

Sílvia Arvana Russo

Design

Gabinete de Comunicação, Eventos e Desenvolvimento Turístico

Impressão

Gabinete de Comunicação, Eventos e Desenvolvimento Turístico

Estremoz, outubro de 2022

NAPOLEÃO E AS INVASÕES FRANCESAS A PORTUGAL

Para estudar a história precisamos ter em conta os acontecimentos do passado para compreender o porquê do presente. Grandes revoluções, guerras e transformações sociais são sempre causadas por algum motivo, não é verdade? O grande antecedente da Era Napoleónica foi a Revolução Francesa.

Napoleão Bonaparte nasceu no dia 15 de agosto de 1769, em Ajaccio, cidade francesa localizada na ilha de Córsega. Foi imperador da França entre 1804 e 1814 com o título de Napoleão I.

Napoleão ficou conhecido pela maneira organizada e bem sucedida de governo. O golpe 18 de Brumário (data correspondente a 9 de novembro de 1799, no calendário gregoriano) marcou o início da era napoleónica.

A **ERA NAPOLEÓNICA** compreendeu o período da chegada de Napoleão Bonaparte ao poder no Consulado, em 1799, e terminou com a sua derrota na Batalha de Waterloo e o seu exílio na Ilha de Santa Helena, em 1815.

O GOVERNO DE NAPOLEÃO EM TRÊS PERÍODOS:

CONSULADO (1799-1804)

A França passava por crises antes da Era Napoleónica. A economia não dava lucros e a burguesia estava insatisfeita com o governo. Viram em Napoleão uma forma de mudar o cenário político francês. Desta forma, ajudaram na derrota do Diretório - controlava a França na época, e assim criaram o Consulado (1799). Foi um período marcado pelo crescimento da economia e pela reorganização do poder jurídico e administrativo francês.

IMPÉRIO (1804-1815)

Em 1804 foi realizado um plebiscito, onde foi reestabelecido o regime monárquico e a indicação de Napoleão ao trono. Em 2 de dezembro foi oficializado Napoleão I, na Catedral de Notre Dame. Durante a cerimónia ele próprio colocou a coroa na sua cabeça, em vez de recebê-la das mãos do Papa. Em seguida, coroou a sua esposa - Imperatriz Josefina.

Com a intenção de derrotar os ingleses, foi decretado o **Bloqueio Continental** em 1806, que consistia em impedir o acesso a portos dos países dominados

pelo Império Francês a navios do Reino Unido da Grã Bretanha (Inglaterra) e Irlanda. Com isso, o principal objetivo era isolar economicamente as Ilhas Britânicas, sufocando as suas relações comerciais.

O Governo de Portugal recusou-se a aderir ao bloqueio devido à sua aliança¹ com a Inglaterra da qual era extremamente dependente. Portugal ameaçado pela Inglaterra com a usurpação das colônias não teve alternativa: não participou no Bloqueio Continental, tornando-se o único aliado de Inglaterra.

A Convenção secreta entre Portugal e a Inglaterra, assinada no dia 22 de outubro de 1807, estabeleceu com segurança a manobra luso-britânica de pôr a salvo a família real e o governo português no Brasil.

QUANDO FRANÇA QUIS DIVIDIR PORTUGAL EM TRÊS

Descontente com a decisão de Portugal, Napoleão decidiu invadir o território de Portugal. Em 27 de outubro de 1807, França e Espanha celebram o tratado secreto de **Fontainebleau**, onde era definido a invasão de Portugal, dada a resistência do país em aderir ao Bloqueio Continental. Ali era proposto a repartição deste reino em três estados:

- **O Reino da Lusitânia Setentrional** (no noroeste de Portugal, entre os rios Douro e Minho, incluindo as cidades de Porto e Braga).

- **Portugal** (reduzido às províncias de Trás-os-Montes, Beira e Estremadura, incluindo a capital, a cidade de Lisboa).

- **O Principado dos Algarves** (correspondendo ao sul de Portugal, incluindo as regiões do Algarve e do Alentejo).

Napoleão I iniciou a Guerra Peninsular (1807 - 1814), cuja primeira parte é conhecida como **Invasões Francesas a Portugal**.

1.ª INVASÃO - COMANDO DO GENERAL JEAN-ANDOCHE JUNOT

18 de outubro de 1807 - As tropas francesas entram em Espanha

20 de novembro de 1807 - Alcançam a fronteira portuguesa sem encontrarem resistência

24 de novembro de 1807 - uma coluna de tropas invasoras atinge Abrantes

28 de novembro de 1807 - Entram em Santarém, e partem no mesmo dia, rumo a Lisboa

29 de novembro de 1807 - A Corte Portuguesa parte para o Brasil, levando consigo cerca de 15 mil pessoas, deixando o governo do território europeu de Portugal nas mãos de uma regência, com instruções para não "resistir" aos invasores.

30 de novembro de 1807 - As tropas Francesas entram em Lisboa

1 de agosto de 1808 - As tropas britânicas começaram a desembarcar perto da Figueira da Foz (Lavos), sob o comando do general Arthur Wellesley (mais tarde Duque de Wellington).

17 de agosto de 1808 - Batalha da Roliça. Nesta Batalha enfrentaram-se as forças anglo-lusas comandadas pelo Tenente-general Sir Arthur Wellesley e as forças francesas comandadas pelo general de Divisão Henri-François Delaborde.

¹ Tratado de Methuen, também referido como Tratado dos Panos e Vinhos, assinado entre a Inglaterra e Portugal, em 27 de Dezembro de 1703. Estabelecia a livre entrada dos lanifícios ingleses em Portugal e redução nas tarifas impostas aos vinhos portugueses que entravam na Inglaterra.



Fig. 1 - Embarque da família real portuguesa no cais de Belém, em 29 de novembro de 1807.
<https://pt.wikipedia.org>

21 de agosto de 1808 - Batalha do Vimieiro. Nesta batalha defrontaram-se as forças anglo-lusas comandadas pelo Tenente-general Sir Arthur Wellesley e as forças francesas comandadas pelo general Jean-Andoche Junot. A batalha resultou numa vitória para as forças anglo-lusas e determinou o fim da primeira invasão francesa de Portugal.

30 de agosto de 1808 - Convenção de Sintra: acordo entre os comandantes dos exércitos Inglês e Francês que encerrou a primeira invasão francesa a Portugal, no contexto da chamada Guerra Peninsular. Junot retirava suas tropas sem maiores perdas e em segurança. Os ingleses ganhavam o controle da capital, Lisboa, e da temida linha de defesa da barra do rio Tejo, sem necessidade de combate.

2.ª INVASÃO - COMANDO DO MARECHAL SOULT

10 de março de 1909 - As Tropas Francesas retomaram a marcha em direção a Chaves.

15 de março de 1809 - O Marechal William Carr Beresford assume o comando do do Exército Português. Quando Beresford chegou a Portugal já as forças francesas atravessavam a fronteira a norte de Chaves.

27 a 29 de março de 1809 - O Porto é atacado, conquistado e saqueado.

22 de abril de 1809 - O general Wellington desembarca em Lisboa, com os reforços militares britânicos para Portugal.

4 de maio de 1809 - O general Wellington é nomeado marechal general do exército português, por Carta Régia.

18 de maio de 1809 - O exército francês de Soult abandona Portugal por Montalegre. A 2.ª Invasão Francesa termina.

Era necessário criar condições defensivas que permitissem retardar o avanço inimigo e proteger o embarque das forças britânicas. O local desse embarque deveria ser Lisboa. Arthur Wellesley, então comandante do exército anglo-luso, dá ordem para a construção de um conjunto de fortificações que ficou conhecido como **Linhas de Torres Vedras**.

3.ª INVASÃO - COMANDO DO MARECHAL MASSENA

28 de agosto de 1810 - Almeida rende-se ao exército francês de Massena, após a explosão do paiol de munições no dia 26.

18 de setembro de 1810 - O exército francês ocupa Viseu.

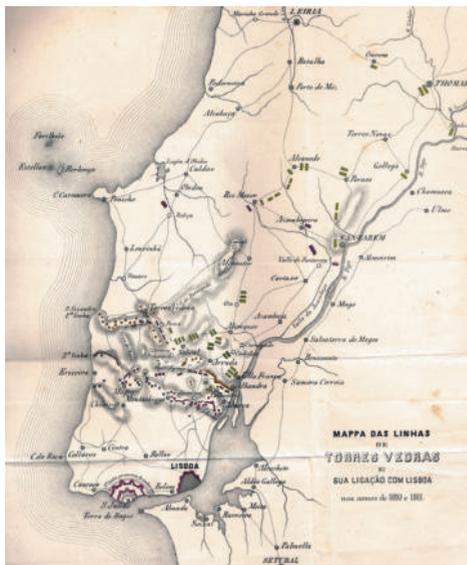


Fig. 2 - Mapa das Linhas de Torres Vedras.

<http://aminhasantarem.blogspot.com/2011/08/mapa-das-linhas-de-torres-vedras.html> <https://pt.wikipedia.org>

27 de setembro de 1810 - Batalha do Buçaco. O exército anglo-português, comandado por Wellington, vence o exército francês, de Massena; mas continua a retirada para as Linhas de Torres Vedras.

1 de outubro de 1810 - O exército francês ocupa e saqueia Coimbra.

11 a 13 de outubro de 1810 - O exército francês chega às Linhas de Torres Vedras. Combate de Sobral de Monte Agraço. O 8.º corpo de exército francês, comandado por Junot, tenta atravessar as Linhas, mas é rechaçado.

15 de novembro de 1810 - O exército francês retira-se das Linhas de Torres Vedras, agrupando-se à volta de Santarém.

5 de março de 1811 - O exército francês começa a retirar das posições de Santarém, por Coimbra e Almeida, em direção à fronteira Espanhola.

3 de abril de 1811 - Combate de Sabugal. Wellington bate Reynier, e obriga Massena a abandonar Portugal. O exército francês comandado por Massena atravessa a fronteira entre Portugal e Espanha em Aldeia do Bispo. Acaba assim a 3.ª Invasão Francesa.

GOVERNO DOS CEM DIAS (1815)

Napoleão conseguiu fugir da Ilha de Elba e voltar a França em março de 1815. Foi recebido em Paris como um herói e instalou-se no poder, obrigando a família real a fugir, mas a sua permanência no poder durou apenas cem dias. A coligação militar da Europa reorganizou-se e Napoleão foi definitivamente derrotado na Batalha de Waterloo. Foi mandado para a Ilha de Santa Helena, onde ficou até à sua morte.



Fig. 3 - Batalha de Waterloo.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Waterloo#/media/Ficheiro:Battle_of_Waterloo_-_Robinson.jpg

O CONSELHO DE REGÊNCIA DE 1807

O Conselho de Regência de 1807 é a designação pela qual ficou conhecido o Conselho de Regência ordenado pelo Príncipe Regente D. João a 26 de novembro de 1807, três dias antes da transferência da corte para o Brasil. O Conselho era composto pelas seguintes individualidades: Pedro de Lancastre da Silveira Castelo Branco Sá e Meneses, Marquês de Abrantes, presidente; Francisco de Melo da Cunha de Mendonça e Meneses, 1.º Marquês de Olhão, Tenente-General do Exército; Principal

Castro, Conselheiro e Regedor das Justiças; Pedro de Mello Breyner, Presidente do Real Erário; D. Francisco de Noronha, Tenente General e Presidente da Mesa da Consciência e Ordens; 2.º Conde de Sampaio, primeiro Secretário; Miguel Pereira Forjaz, Secretário substituto; João António Salter de Mendonça, Desembargador do Paço e Procurador da Coroa;

O Decreto de 26 de novembro de 1807, de D. João VI, determina que os governadores nomeados, para governarem na sua ausência, deverão prestar jura-

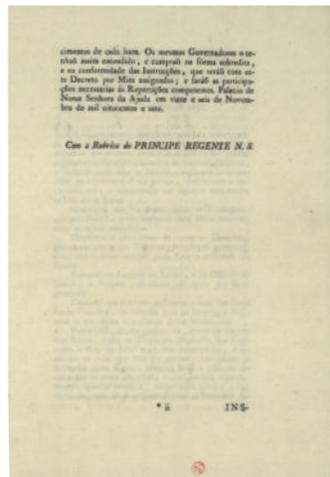
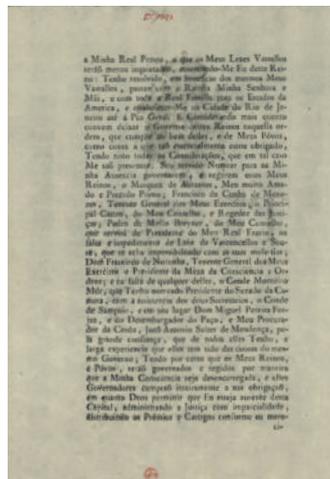
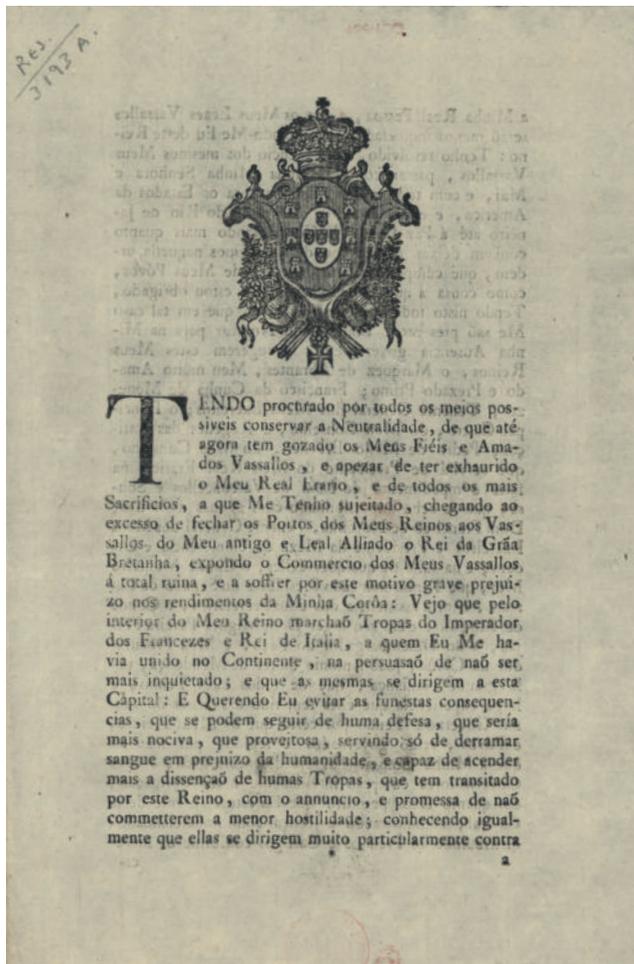


Fig. 4 - Decreto em que o Príncipe Regente anuncia a sua ausência para o Brasil e nomeia uma Junta de Governo do Reino, com as Instruções para o mesmo fim, dado em 26 de novembro de 1807. <https://purl.pt/26787> Biblioteca Nacional Digital

mento perante o Cardeal Patriarca, devendo, no exercício das suas funções, cuidar com desvelo, vigilância e atividade. Na administração da justiça deverão ser imparciais, conservando em vigor as disposições constantes nas leis do Reino.

AS TROPAS FRANCESAS EM ESTREMOZ

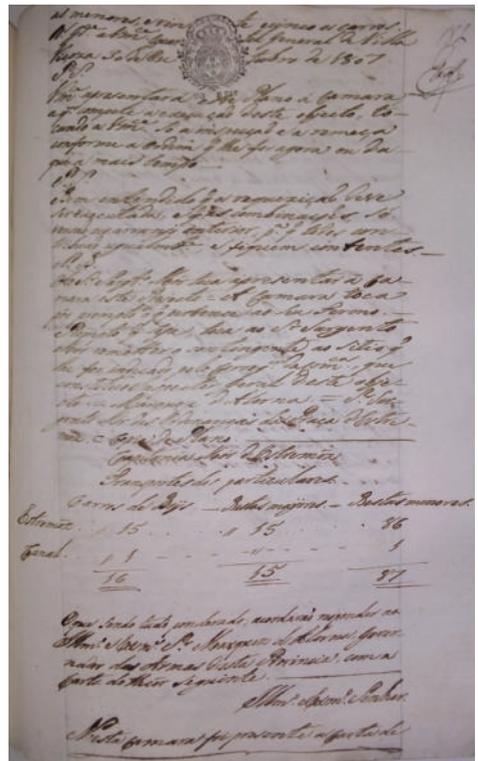
1807

As tropas francesas comandadas pelo general Junot entram em Portugal a 24 de novembro de 1807 e quase em simultâneo entraram também em Portugal três divisões do exército espanhol. A terceira divisão, conduzida por D. Francisco Maria Solano iniciava a ocupação do Alentejo e do Algarve em nome do Príncipe da Paz, a quem tinha sido atribuído o sul de Portugal, no clausulado secreto sobre a partilha deste reino, inserido no Tratado de Fontainebleau. O marquês del Socorro fez a sua entrada pela fronteira do Caia a 1 de dezembro, com o objetivo de proceder à ocupação, prioritária do ponto de vista estratégico, da praça de Elvas. Esta foi-lhe entregue sem resistência pelo marquês de Alorna, de acordo com as Instruções do Príncipe Regente ao Conselho de Regência, inseridas no Decreto de 26 de novembro desse ano, e com a Proclamação ao país, do mesmo Príncipe, publicada nesta data. Três batalhões ficaram a guarnecer a fortaleza de Elvas e foram ocupados ainda Campo Maior e Estremoz sem resistência.

No início de dezembro de 1807 as tropas francesas e espanholas encontravam-se na Praça de Estremoz, onde foram aquarteladas. No final do mês de dezembro desse ano a câmara procedeu ao pagamentos de 39.040.00 reis de gratificações aos que se encarregaram do aquartelamento das tropas que se instalaram nos quartéis disponíveis,

no Convento de S. Francisco, Convento dos Agostinhos e casas particulares. Não há notícias de ter havido resistência à entrada, sendo até de algum modo esperada. Em reunião de câmara de 17 de novembro de 1807, foram apresentadas cartas remetidas pelo Marquês de Alorna, Sargento Mor das

Fig. 5 - Ata da vereação de 17 de novembro de 1807, fl.182 - Pedido de transportes a particulares.
PT/AMETZ/B-A/001/0048 - Livro das vereações da Câmara Municipal de Estremoz.1803 - 1809.



Ordenanças da Praça de Estremoz, que continham o plano de projeto dos transportes para os movimentos militares. A Estremoz, relativo a transportes particulares, foram pedidos 15 carros de bois, 15 bestas maiores e 86 bestas menores. Ao Canal foi pedido 1 carro de bois e uma besta menor. A câmara respondeu de forma negativa ao solicitado, por incluir ónus público e imposições que excediam o regimento.

No mês de dezembro de 1807 as reuniões semanais de câmara foram interrompidas tendo-se retomado a 27 do mesmo mês. A chegada de tropas invasoras alterou o ritmo de vida da vila. As requisições de viveres para as tropas aqui estacionadas são avultadas (azeite, lenha, carne, vinho, sal, verdes). De acordo com os manifestos do Real d'

Fig. 6 - Relação de gado vacum que veio de diferentes vilas para as tropas Espanholas. 1807.
PT/AMETZ/F-A/002/0002 - Manifestos Real d'Água. 1807 - 1808

Relação de Gado Vacum que veio de diferentes vilas para as tropas Espanholas no mês de Dezembro de 1807 de Real d'Água do Sr. Rey

Nome do dono	Ordem de			Ata de pagaria em
	Cabos	vacas	bois	
João de Almeida	10	10	10	377
Francisco de Almeida	10	10	10	378
António de Almeida	10	10	10	379
António de Almeida	10	10	10	380
António de Almeida	10	10	10	381
António de Almeida	10	10	10	382
António de Almeida	10	10	10	383
António de Almeida	10	10	10	384
António de Almeida	10	10	10	385
António de Almeida	10	10	10	386
António de Almeida	10	10	10	387
António de Almeida	10	10	10	388
António de Almeida	10	10	10	389
António de Almeida	10	10	10	390
António de Almeida	10	10	10	391
António de Almeida	10	10	10	392
António de Almeida	10	10	10	393
António de Almeida	10	10	10	394
António de Almeida	10	10	10	395
António de Almeida	10	10	10	396
António de Almeida	10	10	10	397
António de Almeida	10	10	10	398
António de Almeida	10	10	10	399
António de Almeida	10	10	10	400

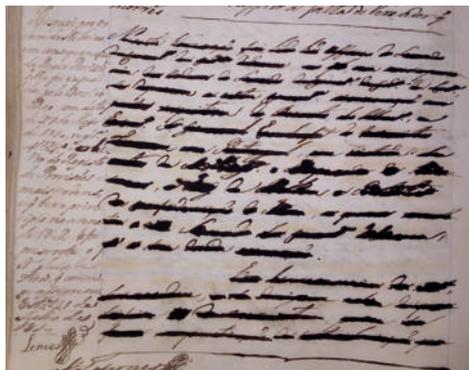
Real d'Água do Sr. Rey

Água de 1807 - 1808, em dezembro de 1807 foram distribuídos às tropas espanholas aquarteladas na vila: 71 bovinos, 3 porcos, 40 chibatots e 20 borregos.

Um decreto de Junot, datado de 22 de dezembro, reduz o nº de regimentos no exército português - nas três províncias ocupadas pelo exército francês - que tivessem menos de 6 meses ou mais de 8 anos de serviço. Em 23 de dezembro, Napoleão Bonaparte decreta a cobrança em Portugal de uma contribuição extraordinária de 100 milhões de francos, passando a 400 milhões por decreto de 1 de fevereiro de 1808. Esta medida só será divulgada em Portugal a 4 de fevereiro de 1808.

De salientar que as atas das sessões da câmara de 14 de fevereiro a 1 de julho 1808 encontram-se riscadas, ilegíveis, por provisão régia de 27 de maio de 1810, registada na fl. 119v. do livro de registos e provisões. "Provisão por que S.A.R. manda remeter ao Desembargo do Paço as provisões e títulos expedidos em nome do intruso governador Junot e riscar os registos delas e os assentos públicos feitos em seu nome".

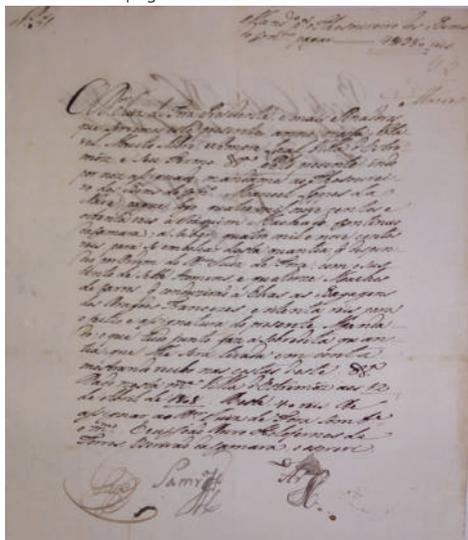
Fig. 7 - Ata da vereação de 14 de fevereiro de 1808, fl.189 v - Ata riscada.
PT/AMETZ/B-A/001/0048 - Livro das vereações da Câmara Municipal de Estremoz. 1803 - 1809.



1808

Durante todo o ano de 1808 a Praça de Estremoz viu entrar o Regimento de Cavalaria n.º 5 de Évora; Destacamento de Cavalaria Espanhola Regimento de “Maria Luísa”; Regimento de Cavalaria da Legião; 3.º Regimento de Cavalaria de Évora. A todos a câmara tinha a obrigação de fornecer azeite e lenha, pagos pelo tesoureiro do Real do Azeite. Durante o mês de março e abril, na Praça de Estremoz, houve movimentações das tropas francesas do general Kellerman. Foi intenso o envio de caminheiros com cartas de Kellerman para a Praça de Elvas e Évora e guias para a condução da tropa francesa e bagagens dos Dragões Franceses para Elvas. “O tesoureiro despendeu 4.980 reis, por ordem do Juiz de Fora, para sustento de 7 homens e 14 machos de carros que conduziram as bagagens do Dragões Franceses a Elvas”.

Fig. 9 - Mandado de pagamento de 4.980 reis do sustento de 7 homens e 14 machos de carros que conduziram as bagagens dos Dragões Franceses a Elvas. 12 de abril de 1808. PT/AMETZ/E-A/0030 - Mandados de pagamento. 1808



A RECOLHA DA PRATA DAS IGREJAS

À semelhança de outros locais também os ocupantes franceses, mandaram recolher a prata das igrejas do concelho de Estremoz que foi remetida para Lisboa. Ficou a câmara com o encargo de mandar fazer caixotes de madeira aos carpinteiros locais e pagar o transporte dos mesmos para Lisboa. De acordo com os livros de receitas e despesas de 1808, durante os meses de março e abril é feito o pagamento de quatro oficiais, madeira e pregos com que se fizeram os caixotes que foram com as pratas das igrejas para Lisboa. Ao escrivão do Judicial, Manuel Inácio Fernandes, foi pago os 27 editais sobre as pessoas encarregadas da prata que havia nas igrejas e a sua entrega ao recebedor das décimas que fazia a sua entrega na Casa da Moeda de Lisboa. A Vicente Dias Azevedo foi pago o aluguer de dois carros por 6 dias (ida e volta) para ir a Lisboa levar as pratas.

A DESTRUIÇÃO DE ARMAS DO ARMAZÉM/A DESTRUIÇÃO HERÁLDICA

A Armaria Real de Estremoz situada no castelo tinha cerca de 18 mil espingardas, muitas espadas e pistolas e uma enorme quantidade de pólvora, que depois do saque, o restante foi mandado destruir e lançar na cisterna, pelo general Kellerman, na sua retirada para Lisboa. Valeu-nos a ordem ter sido mal executada, tudo exigia muito trabalho, e desta forma os canos das armas ficaram na sua maioria em bom estado. Nas coronhas era a maior ruína e os fe-



Fig. 11 - Capela da Rainha Santa Isabel.

chos tinham sido lançados na cisterna. A pólvora também tinha sido lançada na cisterna e alguma foi amassada com barro, mas ainda se aproveitou uma grande quantidade dela. Cerca de 600 armas foram retiradas da cisterna e recuperadas até ao ataque de Évora onde o Corpo de Voluntários de Estremoz combateu as tropas francesas.² Os franceses incluíram ainda no saque as peças da Sala de Armas que D. João V reuniu no novo edifício levantado sobre as ruínas do paço e alcaidaria medievais, na primeira metade da centúria setecentista. Do plano fez parte também a colocação de pólvora junto aos baluartes e na cisterna interior da Casa de Armas, com o intuito de ar-

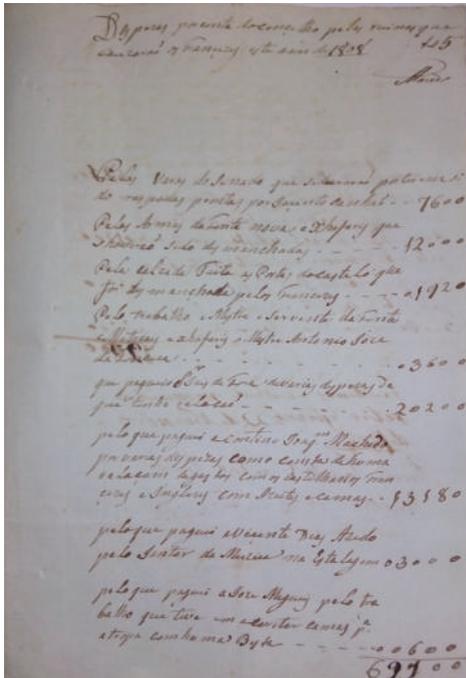
rasar as muralhas e destruir o edifício da Casa, próxima e contígua à Capela da Rainha Santa, porém o desfecho não teve o efeito desejado. A capela da rainha também estava na mira dos franceses, mas a esse tempo já os freires da Congregação do Oratório de S. Filipe Nery tinham posto a salvo a imagem da santa e a sua Relíquia com alguns vasos sagrados. A situação ocorrida em 1808 levou a população, com os oratorianos a conduzirem os acontecimentos, a uma grande manifestação de fé religiosa e de reconhecimento. Preparou-se um testemunho material que o viesse a invocar no futuro e que pode ainda ser nos nossos dias avaliado por todos nós. *“Trata-se da balaustrada de colu-*

2 - NEVES, José Acúrsio das, História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino. Tomo IV, f.117.

nata do coro sobre a porta de acesso da capela, jogando com uma placa a toda a sua largura, coroada axialmente com as armas de Aragão, emoldurada de elegante e equilibrado baixo relevo que envolve uma legenda que memoriza o acontecimento e intenções, sendo bem demonstrativa da dimensão desse reconhecimento e gratidão dos nossos conterrâneos de oitocentos que viveram os dramáticos acontecimentos.”³

A tropa francesa destruiu símbolos heráldicos da vila de Estremoz. Picaram e removeram os símbolos existentes nos locais públicos, fontes, portas da cidade, armazém e varas do Senado da Câmara. Mais tarde, as varas do sena-

Fig. 12 - Mandado de pagamento de 21 de novembro de 1808. Despesas por conta do concelho pelas ruínas que causaram os Franceses em 1808. PT/AMETZ/E-A/0030 - Mandados de pagamento. 1808



do foram douradas, fato que se comprova pelo pagamento de 7.600 reis a Jacinto Canhão. Também as calçadas junto às portas da vila de Estremoz, que teriam as armas reais, não resistiram à destruição e vandalismo do invasor, que as mandara arrancar.

O mandado de pagamento ao tesoureiro dos bens do concelho, datado de 21 de novembro 1808, apresenta várias despesas por conta do concelho pelas ruínas que causaram os franceses, entre elas: “Pel as varas do Senado que se douraram por terem sido raspadas prontas por Jacinto Canhão... 7.600 reis; “Pel as armas da Fonte Nova e Chafariz que haviam sido desmanchadas..... 1200 reis” “Pela calçada feita às Portas do Castelo que foi desmanchada pelos Franceses pela quantia de 1.920 reis” “Que paguei a três homens por enterarem cinco ladrões na muralha que foram mortos pelo povo... 1200 reis”

Sintomas de desconfiança e efervescência popular contra o invasor, levaram muitas vezes a situações de “justiça” popular.

A REVOLTA POPULAR E A FORMAÇÃO DA JUNTA DE ESTREMOZ

A situação de acalmia duraria pouco. O desmantelamento do exército nacional, o lançamento da contribuição de cem milhões de francos, a ordem de recolha do ouro e prata das igrejas, a arrogância dos ocupantes para com as populações e as autoridades locais, as requisições militares, os aquartelamentos nas habitações particulares, os roubos e pilhagens, a violação e danificação dos locais de culto, a devastação

das terras, a desorganização das atividades económicas e as cruéis represálias sobre as comunidades onde emergiam ensaios de resistência organizada ou simples atos isolados de vingança, desencadearam uma vaga de contestação cada vez mais difícil de conter. Num clima de crescente hostilidade, a rebelião desencadeada em Espanha alastrou rapidamente por quase todo o país, incluindo o Algarve. A notícia da primeira revolta do Porto chegara por via marítima, poucos dias após a sua eclosão. Os algarvios, encorajados pelos exemplos das rebeliões nortenhas e andaluzas e também confiantes no apoio da esquadra inglesa que então se movimentava ao largo da sua costa, soltaram, a 16 de junho de 1808, em Olhão, os primeiros gritos da revolta, que em três dias atingiria quase todo o Algarve.

O Alentejo, devido à forte presença das forças inimigas em Elvas, Estremoz e Vila Viçosa, foi a última província a aderir à insurreição. Mas quando, a 19 de junho de 1808, a revolta há muito tempo confida eclodiu em Vila Viçosa, os motins rapidamente se multiplicaram, do norte alentejano à orla algarvia e da fronteira às localidades marítimas. A revolta de Vila Viçosa foi pronta e violentamente reprimida pelas tropas do general Avril, deslocadas para o efeito de Estremoz. A revolta de Beja, a 24 de junho, foi dominada com violência. A 26 de junho, Marvão prendia o governador da praça e um grupo de soldados, enquanto aclamava a Junta sediada no Porto. A 2 de julho, sublevou-se Campo Maior, com o apoio da Junta de Badajoz e sem se deixar intimidar pela proximidade de Elvas. Seguiram-lhe o exemplo Ouguela, Castelo de Vide, Arronches, Portalegre, Alter do Chão, Chança,

Crato, Juromenha, Borba, mais uma vez Vila Viçosa, Alandroal, Arraiolos, Évora-monte, Avis, Fronteira e Estremoz. Nesta última vila, os habitantes elegeram uma «grande junta».

A resistência no Alentejo teve três destacados impulsionadores e organizadores: o general Espanhol D. Frederico Moretti, chefe da insurreição de Badajoz; o general Francisco de Paula Leife, que governava as Armas da Província do Alentejo na altura da invasão franco-espanhola e António Lobo Infante de Lacerda, oficial de um dos regimentos de linha desmobilizados por ordem de Junot que entretanto se tornara sargento-mor de milícias.

A JUNTA DE ESTREMOZ

Na reunião de câmara de 11 de julho de 1808 estiveram presentes o Juiz de Fora António Gomes Henriques Gayo, os vereadores Manuel Gomes de Carvalho Sameiro, José Eduardo Cordeiro Vinagre, Joaquim José Cordeiro de Matos Zagalo, o procurador do Concelho Francisco Nunes Prates Fidalgo e na presença do Clero, Nobreza, Negociantes e Povo, foi lido um ofício do Comandante General Presidente da Suprema Junta da Estremadura, Frederico Moretti o qual mencionava que *"...varias deputações de Portuguezes dessas vilas comarcaãs se lhe tem apresentado, pedindo-lhes auxilio; e que ao mesmo tempo, se poderá fixar em Evora cidade, hu quartel general para impedir o passo ao inimigo e guarnecer o Alem-Tejo: Não obstante permanecerem ainda irresolutas algumas villas da dita província...que com a mayor brevidade se resolvão, admoestando às que permanecerem ainda renitentes em contestar que serão tratadas como traido-*

ras e entregues ás Tropas Portuguesas para seu castigo." Responderam unanimemente que "estão prompts a fazer causa commu com os Hespanhoes...e que quanto antes se participe esta decisão ao Sr. Coronel Comandante da Praça de Jerumenha [general Francisco de Paula Leite] para o mesmo sr. a participação immediatamente ao Sr. general Comandante de Badajoz, a fim de logo nos enviar socorro de Tropas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria.....e que nos enviem espingardas em grande quantidade que não deverão ser menos de duas mil e polvora suficiente."

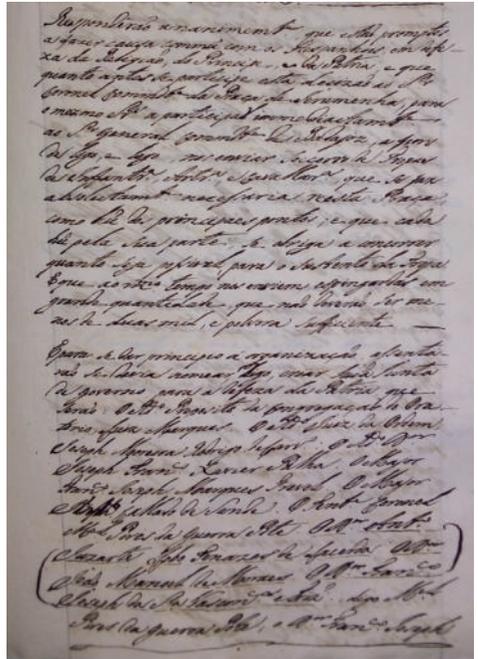
Para dar principio à organização assentaram que se devia criar uma Junta de Governo para a defesa da Pátria e para o efeito elegeram: o Reverendo Prepósito da Congregação do Oratório - Luís Marques; o Reverendo Juiz da Ordem - José Moreira Rodrigo de Carvalho; o Reverendo José Francisco Xavier Palha; o Major Francisco José Marques Trelvel; o Major António Calado de Sande; o Tenente Coronel Manuel Pires da Guerra Pote; o Doutor António Zuzarte Lobo Tenazes de Lacerda; o Doutor João Manuel de Moraes; o Doutor Francisco José da Silva Vasconcelos e Fernandes; Vitorino Alberto da Fonseca; José Mendes da Silveira; Gaspar Maurício da Cunha; Joaquim António de Sousa; José Alvares Raboxo; João Rodrigues Durão. Secretário com voto, José António Augusto Lamego e Presidente quem comandar a praça. Ajudante às ordens da Junta, João Nepumoceno de Lima.

À Junta Suprema de Estremoz submeteram-se as Juntas de Borba, Vila Viçosa, Alandroal, Terena, Arraiolos, Veiros, Evoramonte, Vimieiro, Sousel, Avis e Fronteira e chegou a disputar com as de Beja e Campo Maior a supremacia sobre o Alentejo, enquanto se aguarda-

va a sublevação de Évora. Transferiu-se o assento desta Junta Suprema para a cidade de Évora por ordem do General Francisco de Paula Leite de Sousa a que Estremoz reconheceu autoridade, constituindo-se aí o ponto central das operações civis e militares do Alentejo, a partir de 19 de junho.

Fig. 13 - Ata da vereação de 11 de julho de 1808, f.218- 218v - A Junta de Estremoz.

PT/AMETZ/B-A/001/0048 - Livro das vereações da Câmara Municipal de Estremoz. 1803- 1809.



O ATAQUE DE ÉVORA

Uma vez instalada a Junta, os estremozenses reorganizaram o seu Regimento de Milícias. Formaram o Batalhão de Voluntários a partir dos diversos corpos militares extintos, principalmente os Regimentos N.º 3 e N.º 15. Uma parte deste Batalhão tentaria, a 28 de julho, prestar socorro a Montemor-o-Novo quando aí passou Loison a caminho de Évora e nesta cidade opôs resistência aos franceses. Armaram-se também algumas tropas montadas. Das armas armazenadas na vila que o general Kellerman mandara anteriormente destruir, foi ainda possível recuperar umas 600, que viriam a ser utilizadas nos combates de Évora.

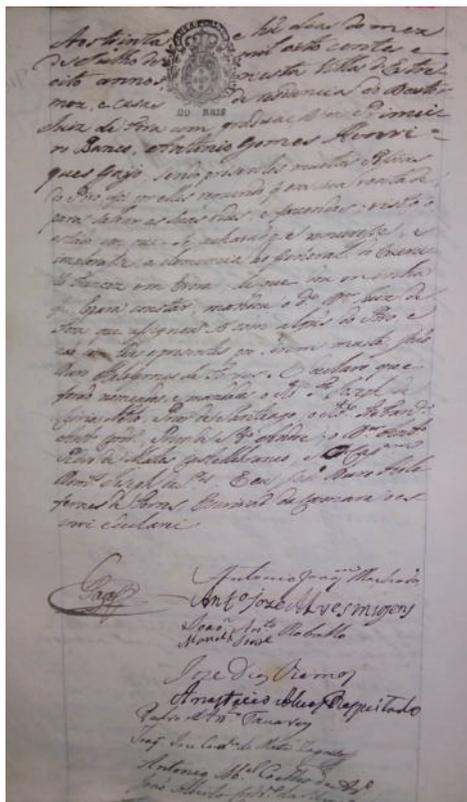
A 25 de julho, Junot enviou uma expedição ao Alentejo para aplacar as revoltas na região, comandada por Loison e composta, de acordo com os vários testemunhos coevos, por 5000 a 10000 homens, 500 cavalos e forte artilharia. A Junta eborense, presidida pelo arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo e composta, entre outras personalidades, pelo general Francisco de Paula Leite, tentou deter, ou pelo menos retardar o avanço dos franceses. Para o efeito, enviou ao seu encontro o coronel Simão Aniceto Borges, com uma pequena força de 800 soldados, incluindo os Voluntários de Estremoz acima referidos. No entanto, este destacamento foi obrigado a retirar, a 28 de julho, em Montemor-o-Novo, em virtude da sua considerável inferioridade numérica.

Évora foi tomada pelos franceses a 29 de julho e esteve três dias debaixo de monstruoso saque. A batalha que pôs em confronto a divisão francesa comandada por Loison e forças portuguesas e espanholas. O ataque a Évora foi de tal forma bárbaro que o povo de Estremoz

temendo represálias igualmente violentas pediu, em vereação da câmara de Estremoz de 31 de julho de 1808, ao Juiz de Fora que mandasse emissários a Évora pedir clemência aos franceses.

“... sendo presentes muitas pessoas do povo, foi por elles requerido que era sua vontade para salvar as suas vidas e fazendas, visto o estado em que se achavão, que se requeresse e implorasse a clemencia ao general do Exercito Francez em Evora...”

Fig. 14 - Ata da vereação de 31 de julho de 1808, f.221v - Pedido do povo de Estremoz sobre o pedido de clemência aos Franceses. PT/AMETZ/B-A/001/0048 - Livro das vereações da Câmara Municipal de Estremoz.1803 - 1809.



Foram nomeados e mandados o Reverendo Frei José de Leiria Neto, Prior de Santiago; o Reverendo Frei Francisco António Cordeiro, Prior de Stº André; o Doutor António Pedro de Matos Castelo Branco e o Capitão Domingos José da Silva.

A entrada em Portugal do exército inglês e as vitórias alcançadas nas batalhas da Roliça e Vimeiro em agosto de 1808 ditaram a derrota dos franceses que embarcariam a 15 de setembro, terminado assim a 1.ª invasão. A evacuação do exército francês foi ratificada pela Convenção de Sintra a 30 de agosto e o embarque de Junot e do exército francês teve lugar a 15 de setembro de 1808.

Em vereação da câmara de Estremoz de 23 de setembro de 1808 o Juiz de Fora apresentou uma carta do general da província Francisco de Paula Leite participando a instauração em Lisboa da Regência de um Governo Português.

O exército português foi reorganizado, para o que se fez empréstimo para despesas do exército. Em vereação da câmara de Estremoz de 3 de Setembro de 1808 foi apresentada uma ordem do Tenente General Comandante desta província Francisco de Paula Leite, datada de 3 de setembro, do quartel general de Estremoz, em que solicitava empréstimo de 12 mil cruzados que o Juiz de Fora iria exigir dos moradores da vila, para suprir despesas do exército, cuja quantia seria satisfeita pela décima e pelos rendimentos da Fazenda Real. Foram pedidos a título de empréstimo: ao Desembargador António Henriques da Silveira - dois contos de reis; ao Reverendo Cristóvão Gonçalves de Faria - um conto de reis; a Dona Francisca Benedita da Fonseca - quatrocentos mil reis; a José Mendes da Silveira Bioso - quatrocentos mil reis; a Manuel Lopes

da Nave - duzentos mil reis; a Joaquim José Mena - duzentos mil reis; a Manuel Joaquim Mendes França - duzentos mil reis; ao Capitão João Mateus Vairo - duzentos mil reis e a Fernandes e Companhia - duzentos mil reis.

A REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Pelo decreto de 11 de dezembro de 1808, reorganiza-se o exército e ordena-se "*...que toda a Nação Portuguesa se arme pelo modo que a cada hum for possível: que todos os homens, sem excepção de pessoa, ou classe, tenham huma espingarda, ou pique com ponta de ferro de doze a treze palmos de comprido(...)* Que todas as cidades, villas, e povoações consideraveis se fortifiquem, tapando entradas, e ruas principais com dois, tres e mais travezes(...)"

De acordo com a vereação da câmara de Estremoz de 22 de dezembro de 1808, o decreto ordenava que as câmaras procedessem a "*hua relação das pessoas que pela sua actividade, dezembaraço, bom comportamento e afeição dos povos forem mais capazes para os commandar, devendo preferir em iguaes circunstancias os que já forem officaes de Ordenanças declarando-se também aquelles dos ditos officaes, que pela sua idade, molestias ou mais qualidades não deverem exercer os postos que ocupão.*"

1809

Em vereação da câmara de Estremoz de 8 de fevereiro de 1809 foram apresentadas as nomeações dos oficiais das Ordenanças do distrito da vila para entrarem no exercício das suas funções.

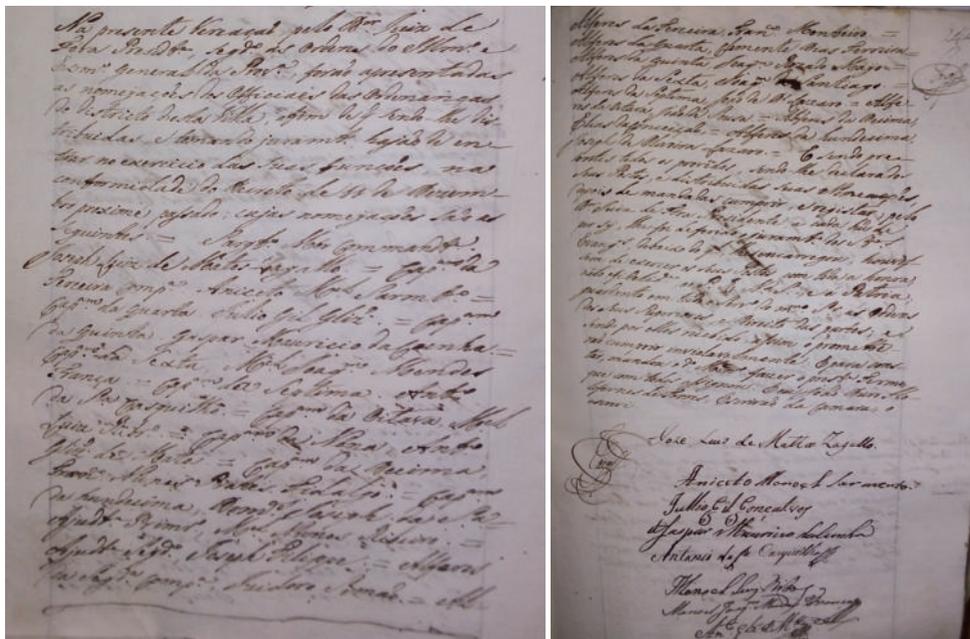


Fig. 15 - Ata da vereação de 8 de fevereiro de 1809, fl.241v - 242 - Eleição das Ordenanças.

PT/AMETZ/B-A/001/0048 - Livro das vereações da Câmara Municipal de Estremoz. 1803 - 1809.

ELEIÇÃO DE ORDENANÇAS

Sargento Mor Comandante

José Luís de Matos Zagalo

Capitães

3.ª Companhia:

Aniceto Manuel Sarmento

4.ª Companhia:

Júlio Gil Gonçalves

5.ª Companhia:

Gaspar Maurício da Cunha

6.ª Companhia:

Manuel Joaquim Mendes França,

7.ª Companhia:

António da Silva Casquilho

8.ª Companhia:

Manuel Luís Ribeiro

9.ª Companhia:

António Gonçalves de Matos

10.ª Companhia:

Francisco Nunes Prates Fidalgo

11.ª Companhia:

Domingos José da Silva

Alfres

2.ª Companhia: Isidoro Simão

3.ª Companhia: Francisco Monteiro,

4.ª Companhia: Clemente Dias Ferreira

5.ª Companhia: Joaquim Rosado Maio

6.ª Companhia: Joaquim de Santiago

7.ª Companhia: João de Deus Lázaro

8.ª Companhia: João de Sousa

10.ª Companhia: Elias da Conceição

11.ª Companhia: José de Oliveira Lázaro

Ajudantes

1.º Ajudante: Manuel Nunes Ribeiro

2.º Ajudante: José Filipe

A TROPA INGLESA EM ESTREMOZ

A partir de janeiro de 1809 a tropa Inglesa encontra-se aquartelada nos Conventos de São Francisco, Santo Agostinho e São João de Deus. Segundo a receita e despesa de 1809, houve “despesas miúdas com o arranjo das tropas inglesas”.

A 4 de maio de 1909 existem despesas com a aposentadoria do Provedor da Comarca de Elvas quando este veio tirar a residência ao Juiz de Fora, António Gomes Henriques Gaio, que foi substituído no mês seguinte por Constantino José de Carvalho Alvares e Lemos.

Entre o ano de 1808 e 1814, surgem despesas com a aposentadoria do Desembargador Calça e Pina encarregado de aprontar os transportes para o exército britânico, despesas para ensinar a tropa inglesa a ir para a vila do Cano, Veiros, Vimieiro, Casa Branca e Fronteira, com a recolha da madeira dos quartéis que a tropa inglesa arruinou, consertos de carpintaria e ferragens da Casa da Câmara que os ingleses arruinaram e queimaram quando se serviram delas para hospital dos seus doentes e ainda despesas com boletos para a tropa inglesa.

Em vereação de 20 de dezembro de 1809 tratou-se do aquartelamento dos oficiais dos três regimentos de tropa inglesa que chegaram a Estremoz.

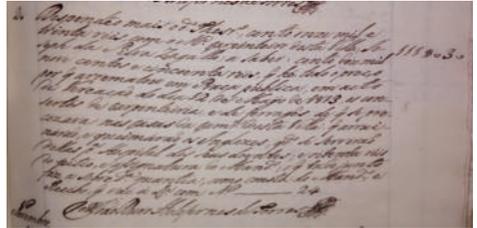


Fig. 16 - Registro de despesa com os consertos de carpintaria e ferragens da Casa da Câmara que os ingleses arruinaram e queimaram quando se serviram delas para hospital dos seus doentes.20 de setembro de 1814, fl.140. PT/AMETZ/E-A/0008 - Livro de registro da receita e despesa dos bens do Concelho.1809 - 1817.

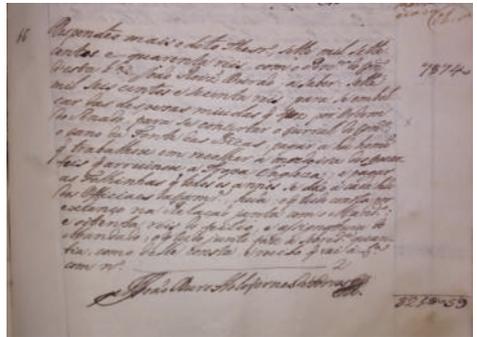


Fig. 17 - Registro de despesa feita com o homem que recolheu a madeira dos quartéis que a Tropa Inglesa arruinou.16 de janeiro de 1812, fl.89. PT/AMETZ/E-A/0008 - Livro de registro da receita e despesa dos bens do Concelho.1809 - 1817.

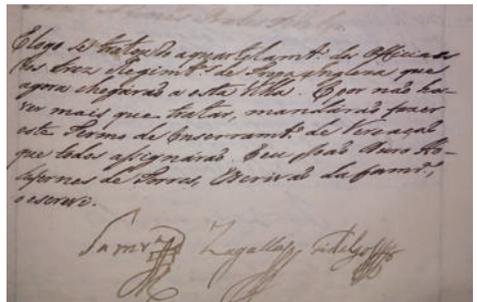


Fig. 18 - Ata da vereação de 20 de dezembro de 1809, fl.28 - Aquartelamento de três Regimentos de Tropa Inglesa que chegaram a Estremoz. PT/AMETZ/B-A/001/0049 - Livro das vereações da Câmara Municipal de Estremoz.1809 - 1815.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Estremoz

- Registo de leis, Alvarás, Provisões, Privilégios, Mercês, Liberdades e Ordens. 1801 - 1904. Liv. A - 10
- Registo de leis, Alvarás, Provisões, Privilégios, Mercês, Liberdades e Ordens. 1802 - 1831. Liv. A - 11
- Livro das vereações da Câmara Municipal de Estremoz. 1803 - 1809. Liv. B/A - 48
- Livro das vereações da Câmara Municipal de Estremoz. 1809 - 1815. Liv. B/A - 49
- Livro de registo da receita e despesa dos bens do Concelho. 1802 - 1808. Liv. E/A - 7
- Livro de registo da receita e despesa dos bens do Concelho. 1809 - 1817. Liv. E/A - 8
- Mandados de pagamento. 1808 - 1812. Mçs. E/A - 30 - 38
- Manifestos do Real d' Água. 1807 - 1808. Mçs. F/A - 002- 002/0002

Monografias

CRESPO, Marques, (1950). *Estremoz e o seu termo municipal*. Estremoz: Tipografia Brados do Alentejo

ESPANCA, Túlio (1975). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas – Artes

MENDEIROS, José Filipe (2001). *Património Religioso de Estremoz*. Estremoz: Município de Estremoz

VERMELHO, Joaquim José (2003). *"Nas Lavras do Tempo... Sementes e Raízes"*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz

Documentos online

FONSECA, Teresa. O Alentejo na Guerra Peninsular. Acesso em: [Dialnet-OalentejoNaGuerraPeninsular-7950267.pdf](#), consultado em 20-09-2022

NEVES, José Acúrsio das. História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino. Acesso em: <https://purl.pt/12098>, consultado em 20-09-2022

Relação da pompa e magnificência com que os Padres da Congregação do Oratorio de S. Filipe Neri da villa de Estremoz solemnizarão a trasladação da devota imagem de Santa Isabel, rainha de Portugal (...). Acesso em: <https://purl.pt/36448>, consultado em 20-09-2022

SILVA, João Paulo Ferreira da. Primeira Invasão Francesa 1807-1808 : A invasão de Junot e a revolta popular. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. [Em linha]. Disponível em: http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/1679225_primeira_invasao_francesa_1807-1808.pdf, consultado em 20-09-2022

SORIANO, Simão José da Luz. História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal. Segunda Epocha. Guerra Peninsular. Tomo 1. Acesso em: https://purl.pt/12103/4/hg-7351-v/hg-7351-v_item4/hg-7351-v_PDF/hg-7351-v_PDF_24-C-R0150/hg-7351-v_0000_1-772_t24-C-R0150.pdf, consultado em 20-09-2022

Era Napoleônica – História, principais fases e como terminou.[Em linha]. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.com/era-napoleonica-historia-principais-fases-e-como-terminou/>, consultado em 20-09-2022

Era Napoleônica. [Em linha].Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/era-napoleonica/>, consultado em 20-09-2022

A coroação de Napoleão Bonaparte.[Em linha].Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-coroacao-de-napoleao-bonaparte/>, consultado em 20-09-2022

A coroação de Napoleão Bonaparte.[Em linha].Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/a-coroacao-napoleao-atraves-imagens.htm>, consultado em 20-09-2022

Tratado de Fontainebleau (1807). [Em linha].Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Fontainebleau_\(1807\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Fontainebleau_(1807)), consultado em 20-09-2022

Cronologia das invasões francesas.[Em linha].Disponível em: <https://www.arqnet.pt/portal/portugal/invasoes/inv1810.html>, consultado em 20-09-2022

Conselho de Regência de 1807.[Em linha].Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_de_Reg%C3%Aancia_de_1807, consultado em 20-09-2022



